Entre a Mediação e o Protagonismo: Desafios Pedagógicos para o Fortalecimento do Brincar como Linguagem da Infância

Tatiane Ressati Mol Bergamasco
Marcia Cristina Argenti
UNESP – Câmpus Araraquara

Eixo temático: Eixo 1- Fundamentos teóricos da educação
E-mail do primeiro autor: tatiane.bergamasco@unesp.com

Resumo

Este estudo investiga a infância sob a ótica dos Estudos Sociais da Infância e da perspectiva histórico-cultural. O objetivo central é analisar como a mediação pedagógica pode potencializar o brincar enquanto prática cultural e eixo fundamental do desenvolvimento humano. Quanto aos procedimentos metodológicos, a investigação ancora-se em uma abordagem qualitativa de natureza bibliográfica e caráter exploratório-analítico. O processo foi organizado em três etapas: mapeamento e prospecção teórica; leitura analítica e transversal; e sistematização crítica dos referenciais. Os resultados indicam que, embora marcos legais como a Constituição de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente tenham consolidado o paradigma da proteção integral, o cotidiano escolar ainda enfrenta tensões como a escolarização precoce, a didatização excessiva do lúdico e o controle rígido do tempo institucional. Identificou-se que a mediação docente qualificada, baseada em interações sociais e intervenções planejadas, é capaz de ampliar a Zona de Desenvolvimento Proximal, permitindo que a criança atue além de seu nível habitual. As conclusões reafirmam o brincar como linguagem fundamental e eixo estruturante do currículo da Educação Infantil. Ressalta-se que práticas educativas emancipatórias dependem do equilíbrio dialético entre a intencionalidade pedagógica e o protagonismo infantil, reconhecendo a infância como um tempo presente e essencial para a constituição de sujeitos autônomos.

Palavras-chave: Infâncias. Mediação pedagógica. Brincar.

1.**Introdução**

Historicamente, a infância foi subjugada a uma visão adultocêntrica que a reduzia a uma mera etapa preparatória para a maturidade, resultando em práticas educativas centradas no controle e na passividade do sujeito infantil. Rompendo com essa lógica, este artigo objetiva analisar como a mediação pedagógica pode potencializar o brincar enquanto prática cultural e eixo fundamental do desenvolvimento humano. Para tanto, a investigação adota uma abordagem qualitativa de natureza bibliográfica, fundamentada na

sistematização crítica de referenciais teóricos que articulam a intencionalidade docente ao protagonismo das crianças.

A concepção de infância passou por transformações profundas; conforme elucidado por Ariès (1981), a Idade Média carecia de um "sentimento de infância" nos moldes contemporâneos, uma vez que o infante era precocemente integrado ao mundo adulto e às suas responsabilidades. No cenário brasileiro, essa percepção evoluiu significativamente com a promulgação da Constituição Federal de 1988 e do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), dispositivos que consolidaram o paradigma da proteção integral e elevaram crianças e adolescentes ao status de sujeitos de direitos. Todavia, a despeito desses avanços normativos, a realidade ainda é atravessada por desigualdades estruturais e práticas pedagógicas que cerceiam a participação efetiva da criança.

Sob a ótica dos Estudos Sociais da Infância, autores como Abramowicz (2015) e Sarmento (2015) propõem uma ruptura com visões essencialistas, definindo a infância como uma construção histórica, social e cultural multifacetada. Nessa perspectiva, as crianças não são meros receptores passivos, mas atores sociais competentes, produtoras de cultura e participantes ativas na dinâmica das relações sociais.

Nesse contexto, a Educação Infantil estabelece-se como um território estratégico de experiências formativas, elegendo o brincar como o eixo estruturante de sua organização curricular. Alinhado à teoria histórico-cultural, o ato de brincar transcende a dimensão puramente recreativa para configurar-se como uma atividade social complexa, essencial para a promoção das funções psicológicas superiores e para a ampliação das capacidades simbólicas infantis. Não obstante a relevância dessa premissa, o cotidiano das instituições escolares ainda é marcado por tensões dialéticas. Entre os desafios persistentes, destacam-se a tendência à escolarização precoce, a didatização excessiva das atividades lúdicas, a hegemonia de brinquedos estruturados e o rigoroso controle do tempo institucional, fatores que, muitas vezes, limitam a autonomia e a natureza criativa da experiência infantil.

Procedimentos metodológicos

A presente investigação ancora-se na abordagem qualitativa, que, conforme as perspectivas de Gil (2008) e André (2013), privilegia a compreensão de fenômenos complexos, significados e construções sociais subjacentes ao objeto de estudo. Configura-se como uma pesquisa bibliográfica de caráter exploratório-analítico, estruturada a partir do levantamento e da exegese de fontes secundárias — incluindo obras clássicas, capítulos e artigos científicos contemporâneos.

O escopo teórico priorizou o campo dos Estudos Sociais da Infância, com ênfase na ruptura com visões biológicas e universais, articulando-o aos pressupostos do desenvolvimento humano na vertente histórico-cultural. Para garantir o rigor metodológico, o processo investigativo foi organizado em três etapas interdependentes: 1) Mapeamento e Prospecção Teórica; 2. Leitura Analítica e Transversal e Sistematização Crítica.

A seleção do referencial bibliográfico fundamentou-se em critérios de relevância científica, consistência teórico-metodológica e reconhecimento acadêmico das obras no campo da Educação Infantil. Estabelecemos como eixo de convergência a análise dos desafios pedagógicos para o fortalecimento do brincar como linguagem própria da infância. A organização e a interpretação das fontes ocorreram por meio de leitura crítica, comparativa e dialógica, buscando identificar aproximações, complementaridades e tensões entre os diferentes referenciais, de modo a construir uma análise capaz de articular os fundamentos históricos, sociológicos, filosóficos e pedagógicos que sustentam a compreensão da criança como sujeito de direitos, produtora de cultura e protagonista de seu processo de desenvolvimento. Esse procedimento possibilitou a elaboração de uma síntese interpretativa coerente com os objetivos da investigação, conferindo consistência analítica às discussões desenvolvidas ao longo do artigo.

Desenvolvimento

A análise das práticas pedagógicas na contemporaneidade exige, prioritariamente, o tensionamento das raízes históricas e sociológicas que sedimentaram o conceito de infância. Compreender a criança como sujeito de direitos e o brincar como seu eixo de desenvolvimento demanda uma incursão teórica que articule as transformações nas estruturas sociais com as descobertas da psicologia histórico-cultural. Nesse sentido, o desenvolvimento que se segue organiza-se a partir da premissa de que a infância não é um dado biológico universal, mas uma categoria socialmente produzida, cuja vivência plena é mediada pela qualidade das interações e pela intencionalidade das propostas educativas. A partir dessa base dialética, examina-se como a constituição histórica da infância e a centralidade da atividade lúdica confluem para a construção de uma mediação pedagógica que potencialize a autonomia e a produção cultural infantil.

A compreensão da infância como categoria social resulta de um processo histórico. Conforme Ariès (1981), durante a Idade Média a criança era rapidamente inserida no mundo adulto, sem reconhecimento de especificidades próprias. No Brasil Colônia, Del Priore (2015) evidencia que as experiências infantis foram marcadas por desigualdades sociais, econômicas e raciais, revelando a existência de múltiplas infâncias. Ao longo do século XX, as concepções de infância passaram por transformações importantes,

especialmente com a consolidação de marcos legais que reconheceram crianças e adolescentes como sujeitos de direitos. Ainda assim, permanecem desafios relacionados às desigualdades estruturais que atravessam as diferentes infâncias brasileiras.

Compreender a infância como período fundamental do desenvolvimento humano implica reconhecê-la para além de uma etapa meramente biológica ou um estágio de imaturidade em direção à vida adulta. Essa ruptura epistemológica permite visualizar a criança não como um "vir-a-ser", mas como um sujeito que vivencia o presente em sua plenitude. Abramowicz (2015) corrobora essa perspectiva ao afirmar que não existe uma infância universal e abstrata, mas sim múltiplas infâncias produzidas em contextos sociais, históricos e culturais distintos, que se intersecionam com questões de classe, raça e gênero.

Dessa forma, a infância constitui-se como uma construção social e uma categoria geracional específica, na qual as crianças, enquanto atores sociais competentes, interpretam e recriam o mundo ao seu redor. Essa multiplicidade exige que a escola e a mediação pedagógica reconheçam as especificidades de cada contexto, evitando a imposição de padrões normativos que desconsideram as diversas formas de existir e produzir cultura na infância. Assim, ao desnaturalizar o conceito de infância, o olhar pedagógico desloca-se do controle biológico para a valorização das experiências lúdicas e sociais como eixos centrais da constituição do sujeito.

Sarmento (2015) complementa essa perspectiva ao reconhecer as crianças como atores sociais competentes, capazes de interpretar e recriar o mundo social. Nessa direção, o desenvolvimento infantil deve ser compreendido como processo histórico e socialmente mediado. Vygotsky (2007) afirma que “o bom ensino é aquele que se adianta ao desenvolvimento”, introduzindo o conceito de Zona de Desenvolvimento Proximal e reafirmando a importância das interações sociais e da mediação pedagógica.

Entre os elementos centrais desse desenvolvimento destaca-se o brincar. Na perspectiva histórico-cultural, o brincar constitui-se como atividade principal da infância e espaço privilegiado de desenvolvimento humano. Vygotsky (1998) afirma que, ao brincar, a criança comporta-se além de seu nível habitual de desenvolvimento, ampliando suas capacidades simbólicas e sociais. Kishimoto (2011) compreende o brincar como direito fundamental da criança e eixo estruturante do currículo da Educação Infantil. O brincar possibilita explorar o mundo, construir conhecimentos e produzir cultura. Benjamin (2002) também destaca o caráter criador da brincadeira, compreendendo-a como movimento de transformação simbólica da realidade.

Nesse contexto, Argenti (2025) defende a mediação pedagógica intencional emerge como elemento central para potencializar aprendizagens significativas. A ação docente envolve escuta sensível, observação atenta e planejamento fundamentado nas

necessidades e culturas infantis. Segundo Vygotsky (1998), é por meio da interação social e da intervenção qualificada do adulto que a criança amplia sua Zona de Desenvolvimento Proximal.

Contudo, a intencionalidade pedagógica não deve descaracterizar a natureza lúdica do brincar. Kramer (2007) alerta para os riscos da escolarização precoce e da antecipação de conteúdos na Educação Infantil.

Kishimoto (2011) também problematiza a didatização excessiva das brincadeiras e o uso predominante de brinquedos estruturados, que limitam a criatividade e a produção simbólica das crianças. Outro aspecto relevante refere-se ao controle excessivo do tempo institucional. Rotinas rígidas e fragmentadas dificultam a continuidade das experiências lúdicas e limitam a autonomia infantil. Assim, a mediação pedagógica exige equilíbrio entre planejamento e liberdade, intervenção e protagonismo infantil, favorecendo práticas educativas éticas e emancipatórias.

No âmbito da formação docente, as contribuições de Argenti (2025) são fundamentais para problematizar a dicotomia entre a teoria acadêmica e os saberes práticos inerentes ao cotidiano com as crianças. A autora argumenta que a formação dos profissionais da educação deve transpor a mera transmissão de conteúdos didáticos, incorporando os estudos sociais da infância como base para reconhecer as crianças como sujeitos produtores de cultura e detentores de saberes próprios. Ao propor um diálogo entre a investigação científica e o olhar sensível sobre as experiências infantis, Argenti (2025) destaca que a prática pedagógica se qualifica à medida que o educador se torna capaz de interpretar e valorizar a agência infantil, transformando o espaço educativo em um campo de escuta e reconhecimento das múltiplas infâncias. Dessa forma, a obra reforça a necessidade de uma formação continuada que capacite o docente para uma mediação intencional, porém não prescritiva, centrada na compreensão da criança como protagonista de seu próprio desenvolvimento.

A articulação entre os referenciais da sociologia da infância e a abordagem histórico-cultural revela que a efetivação da criança como sujeito de direitos depende de uma práxis pedagógica que supere a dicotomia entre o cuidar e o educar. A superação dos desafios apontados, como a compressão dos tempos institucionais e a instrumentalização do lúdico, exige que a mediação docente seja ressignificada como um suporte dialógico, capaz de sustentar o protagonismo infantil sem converter o brincar em mera técnica de ensino. Portanto, a qualidade da experiência na Educação Infantil não reside na antecipação de conteúdos formais, mas na capacidade do ambiente educativo de acolher a imprevisibilidade do brincar e a diversidade das infâncias, consolidando um espaço onde a intencionalidade do professor e a liberdade criativa da criança confluam para a promoção de aprendizagens verdadeiramente emancipatórias.

Conclusões

A análise empreendida reitera a necessidade de compreender a infância como uma categoria social, histórica e culturalmente situada, cuja fidedignidade exige a superação de visões reducionistas e matizes adultocêntricos. Os achados evidenciam que o desenvolvimento infantil é intrinsecamente dependente da qualidade das interações sociais e da amplitude das experiências culturais proporcionadas às crianças. Nesse panorama, a Educação Infantil consolida-se como um locus estratégico para a promoção do desenvolvimento integral, estabelecendo o brincar não meramente como recurso recreativo, mas como linguagem fundamental e prática pedagógica indispensável para a construção de sentidos, a expansão de repertórios simbólicos e o fortalecimento da autonomia dos sujeitos infantis.

Em última análise, o estudo sublinha que a mediação pedagógica qualificada é o elemento catalisador das potencialidades lúdicas, desde que exercida em equilíbrio dialético entre a intencionalidade docente e o protagonismo da criança. Embora o cenário atual ainda apresente tensões críticas, como a escolarização precoce e a didatização excessiva do lúdico, a investigação aponta para a urgência de práticas éticas e emancipatórias que reconheçam a infância como tempo presente e essencial. Investir na qualidade das experiências educativas significa, portanto, assegurar o direito das crianças de habitarem um espaço formativo que as constitua como sujeitos críticos, autônomos e participantes ativos da vida social.

Referências

ABRAMOWICZ, Anete (org.). *Estudos da infância no Brasil: encontros e memórias*. São Carlos: EduFSCar, 2015.

ARGENTI, Marcia Cristina. Saberes da infância e a formação dos profissionais da educação In: BALDEZ, Etienne; VOLTARELLI, Monique Aparecida (org.). Educação infantil em diálogo: pesquisas e olhares a partir dos estudos sociais da infância. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2025, p. 57-66. Acesso em: 18 de out. de 2025

ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

BENJAMIN, Walter. *Reflexões sobre a criança, o brinquedo e a educação*. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2002.

BRASIL. Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 16 jul. 1990.

DEL PRIORE, Mary (org.). *História das crianças no Brasil*. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2015.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. *Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação*. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

KRAMER, Sonia. *A infância e sua singularidade*. São Paulo: Cortez, 2007.

SARMENTO, Manuel Jacinto. *Estudos da infância: educação e práticas sociais*. Petrópolis: Vozes, 2015.

VYGOTSKY, Lev S. *A formação social da mente*. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.